

NOTAS HISTÓRICAS

No tempo em que Roma foi Roma, antes da Roma de Augusto e da Roma de Júlio César ...antes de existir um Homem chamado Jesus Cristo, neste recanto do Mundo Antigo a que hoje chamamos Algarve, vivia um povo a que os Gregos e Romanos (Ptolomeu, Plínio, Estrabão, Pompónio Mela, natural da zona de Cádiz, Heródoto, Avieno, entre muitos outros) chamavam Turdetanos, Cinetes ou até Cónios.

Quando os Romanos cá chegaram já cidades como Baesurus (Castro Marim), Balsa (na freguesia da Luz de Tavira), Ossónoba (Faro), Cilpes (Silves), Portus Hanibalis (Portimão), Lacóbriga (Lagos), Ipses (Alvor), existiam há muito.

Cerca de 700 A.C., ao tempo da fundação de Roma pelos mitológicos gémeos Rómulo e Remo, já na Turdetânea havia uma civilização evoluída, com escrita própria, ainda não decifrada, hoje conhecida como Algarvia

Embora a história dessa civilização esteja por escrever, a informação disponível permite afirmar que em termos religiosos a mesma era politeísta e enraizada no fundo mitológico indo-europeu, embora uma dessas divindades, a de Endovélico, tivesse concentrado todas as atenções, conforme provam inúmeros testemunhos encontrados. Parece comprovado que os autóctones teriam como locais de culto para se dirigirem às suas divindades certos locais campestres, sem templos ou figurações divinas.

Precisamente na época da fundação de Roma, os fenícios, povo originário do fundo da Bacia Mediterrânica, da zona do Médio Oriente, que cruzava com fins mercantis todo o Mediterrâneo chegou à nossa região do Algarve e aqui criou vários entrepostos comerciais, entre os quais o de Ossónoba, que assim nasceu na mesma época que a cidade de Roma. Aliás o topónimo Ossónoba deriva da expressão fenícia OSSON ÊBÁ, armazém no sapal e reporta-se ao entreposto comercial estabelecido nessa época no morro da Sé. Tanto este povo, como posteriormente os gregos e os cartagineses que também aqui fixaram entrepostos comerciais semelhantes aos fenícios trouxeram consigo os cultos e divindades orientais, que aqui criaram raízes e nalguns casos se começaram a misturar e até sobrepor às divindades locais. É, contudo, já no tempo do domínio Romano que se torna comum a construção de templos e aras destinadas ao culto dos deuses e pode afirmar-se que nessa época se chegava a concretizar nos mesmos templos o culto de divindades orientais, romanas e indígenas. Roma não procurou impor uma forma de vida religiosa, mas o culto imperial começado com Augusto (25^a.c.) foi-se progressivamente organizando por todo o Império e na própria Ibéria, ao tempo dos Antoninos, dada a grande vinculação desta

dinastia com a região Ibérica desenvolveu-se muito como forma de unificá-la. A religião cristã terá dado os seus primeiros passos na Península, logo no séc. I d.c., mas teve aqui uma expansão fulgurante no final do século II, chegando certamente ao Algarve nessa época em que pode dizer-se, que já então havia por cá comunidades cristãs organizadas e importantes e não apenas fiéis dispersos.

No que se refere a Estoi, pode referir-se que são do período do Neolítico os mais antigos vestígios humanos encontrados no território da Freguesia, nomeadamente vários instrumentos de pedra (percutores, enxós, brunidores, etc.), que fazem parte do acervo dos Museus Nacional de Arqueologia e Municipal de Faro. Acrescente-se, contudo, que certamente Estoi, tal como o restante Algarve, terão sido habitados desde os tempos do Paleolítico.

Também das Idades do Cobre, Bronze e Ferro foram encontrados em Estoi, nas escavações concretizadas, pelo importante arqueólogo algarvio Estácio da Veiga (1877/1878), vários monumentos e utensílios que provam o povoamento humano da zona nessas épocas. Segundo este arqueólogo, no sítio do Castelo desta freguesia, terá existido uma estação típica da idade do cobre, pertencente a uma população mineira.

Dos Fenícios (700 anos AC) aos Gregos (300 anos AC), povos do Mediterrâneo Oriental, que concretizaram a sua expansão comercial até à região que colonizaram, também ficaram documentos que atestam a sua permanência no território. Os nossos minérios, o nosso âmbar e as nossas produções agrícolas de figo, azeitona, fava e trigo já nessa altura eram exportados através desses povos de mercadores.

Considerando esses achados arqueológicos e o parecer de linguística da Universidade do Algarve, que refere que o topónimo Estoi é de origem pré-romana, é natural que já nessa altura houvesse um centro urbano no local onde hoje se localiza a aldeia, podendo mesmo afirmar-se que o topónimo em causa deriva do grego "Stoa", que significa pórtico ou colunata coberta. De referir que era debaixo dos "stoai" ou "stoe" que Zenão e outros grandes filósofos gregos davam aulas aos seus discípulos, o que se manteve nos tempos romanos e que alguns documentos medievais apresentam o topónimo Estoi escrito "Stoy" ou "Stoe" ou ainda "Stoe"

São, porém, do Período Romano os mais importantes vestígios existentes na Freguesia. À entrada da aldeia, no local designado de Milreu, onde desde sempre, se visionava a ruína de um edifício antigo, assinalado em diversas descrições de Estoi, nomeadamente no final do séc. XVI ("Abaixo deste lugar dous tiros de besta estão

uns edifícios de grandes fundamentos, com muitos mármore e antigualhas, já quasi desfeitas, onde se afirma que esteve a cidade de Ossónoba”), o arqueólogo já atrás referido, pôs à vista um vasto conjunto de construções, agrícolas, habitacionais e de culto, que receberam o nome oficial de “Ruínas Romanas de Milreu” e viriam a ser classificadas como Monumento Nacional em 1932.

O estudo dessas construções permitiu certificar, que aqui esteve instalada uma importante exploração agrícola, produtora de vinho e azeite, em quantidades tão significativas, que certamente se destinavam à exportação e uma magnífica villa, alvo de várias intervenções construtivas ao longo dos séculos I, II, III e IV. Esta villa era, inclusivamente dotada de termas e de edifício de culto, de tanques e fontes de água de carácter lúdico e decorada em muitas das suas divisões com estuques pintados, mármore em alto-relevo, mosaicos policromos e estatuária de grande qualidade. A disponibilidade de água para a villa não era assegurada por uma barragem, como na maior parte das villas romanas, mas sim pela riquíssima fonte existente no actual centro da aldeia, que era canalizada graviticamente para Milreu. Aliás, a riqueza das nascentes de água da freguesia era essencial à própria cidade de Ossónoba. Estácio da Veiga encontrou restos do aqueduto que abastecia o núcleo urbano de Ossónoba, a partir da Fonte da Alface, localizada no sítio de Lagos e Relvas, distante 2,5 km de Milreu, na área territorial da freguesia. Os vários açudes tradicionais ainda existentes nos leitos das Ribeiras do Rio Seco e da Alface, de técnica construtiva romana, tudo indica que terão sido construídos nesse período. Também da mesma época eram as construções ligadas à Fonte de Estoi e à Fonte da Alface. Infelizmente, no decurso dos últimos 120 anos, em nome da “evolução” e do “desenvolvimento”, não havendo as condições de preservação do Património Histórico dos nossos dias, a Autarquia (Câmara Municipal) concretizou obras que levaram à sua destruição ou adulteração completa. A primeira dessas fontes aparece referenciada nas descrições da aldeia a partir de 1577, como sendo uma construção de secção quadrada, forrada a pedra e dotada de uma pérgola em mármore, que foi destruída em 1890, quando a fonte foi coberta e a água canalizada para os 3 fontanários estrategicamente construídos para servirem toda a área do núcleo urbano. Chama-se a atenção para a utilização do mármore da referida pérgola na portal lateral da Igreja Matriz, datado precisamente de 1890 e que conforme se pode verificar é feito desse material nobre, diferente da pedra calcária que guarnece os vãos das restantes portas e janelas do templo. Quanto à Fonte da Alface, os homens em nome da “evolução”, destruíram-na total ou parcialmente nos anos 40 do séc. XX, no âmbito de uma reconversão realizada com os mesmos fins da primeira, pelo que tanto uma como outra já não apresentam condições para ser vistas na sua realidade de 2000 anos. De referir, também, grande parte das vias que faziam a

articulação do aglomerado urbano com outras localidades e com a Villa de Milreu, de que subsistem alguns pavimentos lajeados em diversos locais da Freguesia. Do restante Património construído na Freguesia durante o Período Romano, o que os homens não destruíram (ainda o caso da destruição de parte do cemitério romano de Guelhim, pelo atravessamento da variante da EN2 no Coiro da Burra), o tempo, terramotos e outras intempéries, se encarregaram de fazer desaparecer, ou estará enterrado sob o solo arável, como acontecia com a Villa de Milreu, à excepção do templo, até à concretização das escavações arqueológicas dirigidas por Estácio da Veiga. Terá sido o caso da possível ponte romana existente sobre a ribeira, junto às Ruínas de Milreu, cujos alicerces são referidos na descrição de Estácio da Veiga e que daria acesso ao lado poente, nomeadamente a um possível núcleo urbano localizado provavelmente no morro denominado "Torre", que dista do cemitério em causa cerca de 200 metros, ambos desaparecidos há muitos séculos, pois no próprio período Medieval já nada era referido sobre a sua existência. Pode afirmar-se, com toda a certeza, que nunca houve nenhuma estrutura portuária na Ribeira junto às Ruínas Romanas, bastando para isso ter em conta que a cota do leito da mesma se localiza ao nível dos 60 metros de altitude e como tal ser impossível que há 2000 anos o nível do mar pudesse situar-se aí. Na opinião do Dr. José Neves Júnior, grande estudioso destas matérias, depois da última glaciação quaternária, há cerca de 20 000 anos, que fez descer o nível do mar cerca de 80 metros, este só voltou a elevar-se 2 a 3 metros pela fusão das grandes calotes glaciárias dando origem ao sistema de rias existente no Algarve e que na região de Faro ainda nos princípios da era cristã se estendiam mais profundamente do que hoje, isolando como ilhas, as colinas da Sé (8 m), do Alto de Santo António (45 m), do Alto de Rodes (36 m) e do Monte Negro (34 m) e atingindo no limite ao longo do leito da Ribeira do Rio Seco, lugares situados com cotas muito baixas, até um pouco a montante da Conceição, mas nunca Estoi onde nas zonas mais baixas da freguesia (Porto do Carro, Vale da Rosa) as cotas são da ordem dos 50 metros de altitude.

Os Suevos e os Vândalos, povos "bárbaros" que entraram na Península Ibérica no século V e que chegaram a dominar muitas regiões dentro dela, nunca chegaram a dominar as regiões do levante e sul da Península, incluindo Ossónoba. Esta manteve-se sob o domínio de Roma até ao ano 551 e nessa data acabou por passar do domínio de Roma para o de Bizâncio, sede do Império Romano do Oriente desde a cisão havida no Império no ano 395, situação que se manteve até ao ano 631. Durante esse período a capital da região estava localizada em Cartagena, mas Ossónoba era uma cidade importante, sabendo-se que em 629 Cesário era o representante de Bizâncio na cidade. Certamente que ele próprio fazia uso da Villa de

Milreu. No ano de 631 os Visigodos, entretanto chegados à Península Ibérica como aliados do Império com sede em Roma, conseguiram impor o seu domínio em Ossónoba. Durante alguns anos os nobres e classes favorecidas do período anterior mantiveram, contudo, uma luta de guerrilha contra os invasores, apoiada por ataques marítimos de costa, concretizados por parte da frota Bizantina, situação que só veio a ser alterada na década de 70 sob o pulso forte do Rei Vamba, que integra Ossónoba na Lusitânia Visigoda.

Em Milreu ficaram alguns vestígios importantes desse povo, como seja um baptistério Cristão construído nessa época na área do Templo.

O período que se seguiu voltou, contudo, a ser um período conturbado, de instabilidade, com lutas e disputas internas pelo poder. No início do séc. VIII o "dux" Rodrigo usurpa a coroa do Reino Visigodo a Vitiza, filho de Vamba, intitula-se Rei após a sua morte prematura e persegue os seus filhos. Estes refugiam-se junto do Conde Julião, senhor das cidades de ambos os lados do Estreito de Gibraltar e o Conde acaba por pedir apoio a Tárique, chefe árabe que depende do Califa de Damasco, de quem era vassalo em Ceuta. Acorrendo a esse pedido, Tárique acaba por invadir a Península em 711, com um exército de 12.000 homens (Berberes e Árabes), derrotando Rodrigo na célebre batalha de Guadalete. No ano de 713, um general do Califa de Damasco de nome Muça, entra também na Península com um novo exército de 18 000 homens e com o apoio dos Visigodos do "partido" do rei deposto por Rodrigo e dos Judeus perseguidos por este, consegue dominar pela força todo o sul de Portugal, incluindo Ossónoba, que foi das poucas cidades a oferecer resistência, pelo facto dos simpatizantes do partido de Rodrigo aqui se haverem refugiado. A nobreza Visigoda afecta ao partido dos Vitizianos, acaba por receber muitas benesses dos Árabes, convertendo-se muitos deles à nova religião (e vice-versa), recebendo o nome de moçárabes e tornando-se "Muladis", governadores de muitas cidades do Al-Andaluz, onde passamos a estar integrados. A liberdade religiosa foi, contudo, uma realidade e grande parte da população cristã e judaica não só manteve a sua religião como a posse das suas terras, pagando apenas os tributos já pagos tradicionalmente durante o período Bizantino. As populações autóctones mantiveram-se portanto nos territórios, nomeadamente em Estoi. Por estes tempos, os reis, príncipes e nobres católicos tanto se aliavam aos árabes, como os combatiam. Dessa promiscuidade é exemplo El Cid (O Campeador), que tanto se alia a reis católicos contra outros da mesma religião ou contra os mouros, como se alia a senhores árabes nas suas lutas internas de poder ou contra os reis cristãos. No século X, a cidade de Ossónoba começou a ser conhecida por Santa Maria al-Garb, ou do Ocidente, e no século XI, acompanhando um movimento muito generalizado das províncias do

Garb al-Andaluz, torna-se um reino independente, uma taifa ou principado, sendo governada pela família "Muladi" dos Abu Othman Said, que também usava o apelido de al-Harum (o farol), o que segundo alguns historiadores decorre do importante farol já então existente no Cabo de Santa Maria, que deste modo deu o nome não só à cidade como aos seus governantes da época. São desse século a descrição do geógrafo Al Idrisi sobre a cidade de Santa Maria Al Garb, a "Cantiga de Santa Maria" do Rei Poeta Afonso X de Castela, relativa à lenda do Milagre de Santa Maria e a lenda dos dois nobres de Estoi e da Alface, que disputam o casamento com a filha do governador árabe de Santa Maria, construindo o aqueduto que levaria água àquela cidade e seus chafarizes. Infelizmente, para além desta lenda, não existem descrições árabes da aldeia de Estoi dessa época.

Como já referimos, o núcleo urbano de Estoi deverá ser anterior à própria ocupação romana e tudo aponta para que ele tivesse tido ocupação contínua ao longo dos tempos, nomeadamente quando a região se encontrava sob o domínio romano e que no período do domínio árabe o aglomerado até tivesse crescido, por se enquadrar dentro das características que eram privilegiadas por aquele povo para os seus núcleos urbanos, sejam por um lado a sua localização em sítio alto, dotado de uma fonte rica de águas e protegido por uma cerca que a envolvia a sul e poente, localizada na zona onde se verifica uma alteração brusca das cotas topográficas do terreno, servindo para amparar esses terrenos mas também de cerca protectora. O traçado dos arruamentos paralelos e circundantes às vias mais antigas e que correspondiam aos eixos viários principais de acessos a outras paragens, acompanhando as cotas topográficas do terreno, enquadram-se dentro do traçado habitual dos arruamentos dos povoamentos árabes, pelo que se afigura que poderão ter sido traçados nessa época. Para que não haja dúvidas sobre a sua permanência em Estoi, as inscrições concretizadas no fuste de uma coluna do templo de Milreu exposta no Centro Interpretativo deste Sítio Arqueológico e os vasos em cerâmica decorada lá encontrados, de origem árabe, comprovam a teoria. Para além disso, os Sítios da Alcaria Cova e de Alcaria Branca devem os seus nomes à existência nesses locais de aglomerados urbanos dessa época, que habitualmente se situavam junto de fontes de água. Nestas condições e considerando a existência em ambos os sítios de poços públicos que têm precisamente a designação de Poço da Alcaria Branca e Poço da Alcaria Cova, os aglomerados deveriam situar-se na sua proximidade, embora não tenham sido feitas escavações arqueológicas que o possam atestar. Refira-se, ainda, que muitas das "levadas de rega" tradicionais, ainda existentes nos hortejos da aldeia e nos das zonas dos açudes das ribeiras a que já fizemos referência, foram certamente originados nessa época, sendo de uma técnica construtiva que era dominada pelos Árabes.

Concretizada a conquista de Faro por tropas ao serviço de D. Afonso III (ele próprio um moçárabe, pois D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques era filha de uma princesa árabe) e a sua integração no território do Reino de Portugal, em 1249, (o que só em 1297, ao tempo de D. Dinis, veio a ser oficialmente aceite por Castela que até então reclamava igual direito) refere Duarte Nunes Leão na Crónica desse monarca, que a cidade de Ossónoba foi neste lugar de Estoi e que com as suas ruínas cresceu Faro.

Datam do princípio do século XV outros documentos escritos que se conhecem, que falam de Estoi, já assim designada embora com diversas maneiras de escrita (Estoi, Estoy, Estoe, Estoe, Stoe) e de seus moradores.

Gil Simões era seu Alcaide-Mor no primeiro quartel do século XV. Pouco se sabe dele e outros haveria com o mesmo nome, mas tem-se conhecimento que sua filha, Dona Mécia Simões, casou com Soeiro da Costa, um "Cavaleiro Andante" de Lagos, fidalgo da corte, moço da Câmara d'El-Rei D. Duarte, que em 1390, fez parte dos "Doze de Inglaterra", grupo de cavaleiros chefiados por Álvaro Gonçalves, o "Magriço", que a pedido da Rainha Dona Filipa de Lencastre foram ao seu país de origem defender a honra de um grupo de amigas suas, ofendidas por um grupo de cavaleiros ingleses. Foi um grande Cavaleiro, que deixou memória de valentia em muitos feitos de armas, não só ao serviço do rei de Portugal, como de outros monarcas Europeus e ocupou diversos cargos públicos importantes, nomeadamente os de Almojarife, Vedor e Alcaide-Mor de Lagos. Uma filha do casal casou com Lançarote Pessanha, também conhecido por Lançarote da Ilha, navegador e descobridor português de renome, descendente do Almirante Pessanha, genovês trazido para Portugal por D. Dinis, com a incumbência de comandar as sua armada visando defender as nossas costas dos frequentes ataques de piratas e corsários árabes ("Há Mouro na Costa"). Ao lado de Lançarote, seu sogro Soeiro da Costa, já idoso, distinguiu-se em importante expedição vitoriosa a Arguim, de cuja expedição terão sido trazidos os primeiros prisioneiros que vieram a ser vendidos como escravos em Lagos, no local que passou a ser conhecido por "Mercado dos Escravos". O Infante D. Henrique, de quem foi escudeiro, contratou com ele o transporte para Ceuta e outras Praças do Norte de África, de cereais, pão e vinho e posteriormente a descoberta e exploração das costas de África.

A alusão a Gil Simões levanta a hipótese da existência de uma alcaidaria, possivelmente menor ou pequena, aproveitando o aglomerado urbano pré-existente e associando-a a uma participação na reorganização do território sob a égide portuguesa e prova mais uma vez que a estruturação do aglomerado terá de certeza precedido

a criação da Paróquia de Estoi, sob o Orago São Martinho, só ocorrida provavelmente em 1540, quando Faro foi elevada a cidade.

Não se pode dizer que Estoi não conheceu “Cavaleiros”, daqueles dos romances, pois Soeiro da Costa esteve em Estoi e namorou e casou com uma Estoiense.

Os nomes de mais dois Estoienses aparecem referenciados em documentos oficiais do ano de 1459, um dos quais, Lourenço Rodrigues, é referido como tendo participado na batalha da Alfarrobeira, (servindo o partido de D. Afonso V contra o de seu tio, o Regente - Infante D. Pedro) e na armada que foi concretizada para tomada de Alcácer Ceguer. Após a queda de Constantinopla (1453) às mãos dos Otomanos, pontas-de-lança do Islão à época, o Papa Nicolau V pregou uma Cruzada para a libertação do Império Romano do Oriente e D. Afonso V armou uma frota com esse fim. Como a Cruzada acabou por não se realizar, o Rei de Portugal aproveitou o investimento feito e foi aplicá-lo na conquista de Alcácer-Ceguer, em Marrocos

Em Ceuta, a 5 de Novembro de 1459, fez D. Afonso V carta de perdão a Lourenço Rodrigues, “morador em Estoy e morador que agora he, em o couto de Castro Marim”, havia já 24 anos, culpado da morte de Lourenço Marques, de Estoy, termo de Faro. “E que porquanto fora a batalha da Alfarrobeira elle nos foi servir em ella – diz o Rei – e sem embargo delle ser livre per bem do privilegio do couto elle nos viera ora servir – acrescenta D. Afonso V – em a armada que fazemos sobre a dita villa dalcaçeer e tomada della ...”.

Se este despacho régio é datado de 1459 e refere que Lourenço Rodrigues está, há 24 anos, a cumprir pena no Couto de Castro Marim, quer dizer que a morte do seu conterrâneo, de que ele fora acusado, ocorrera em Estoi, no ano de 1435.

As descrições das Visitações da Ordem de Santiago de 1517, 1532, 1554 e 1565, são uma fonte de informação importante sobre a aldeia e Freguesia de Estoi dessa época, uma vez que essas visitas eram então o órgão fiscalizador da actividade das Paróquias. Através da primeira dessas descrições tomamos conhecimento da existência da Ermida de Sam Martinho d´Estoy, construída pelo seu povo, que punha capelão à sua custa. Possuía vários altares (o da Capela-Mor, o de Santa Luzia e o de Santo António), a Capela-Mor era de pedra lavrada (provavelmente gótico) e tinha um retábulo com cinco painéis. É referida, ainda, a existência de uma capela nova acrescentada à ermida pelo Estoiense Vicente Anes, recentemente falecido. A ermida possuía várias imagens, umas em madeira e outras em pedra e entre outro acervo uma cruz e dois cálices em prata, a primeira com um peso de cerca de 5 marcos e os segundos

com um peso de cerca de 3 marcos. A imagem de São Martinho era a cavalo. A anteceder a porta de entrada da ermida e até meio da sua fachada havia um alpendre com telhado. Possuía campanário com um sino e casa para o ermitão. A ermida já devia certamente datar do séc. XIV ou do séc. XV, porque já na altura da primeira visitação o seu telhado havia sido todo refeito e é referido que a maior parte do acervo, de toalhas de altar a crucifixos são velhos. Dado o fim a que se destinava, tanto a descrição desta Visitação, como a de 1532, se limitam a dar elementos sobre a ermida, nada mais referindo sobre a aldeia e a Freguesia. A nova visitação de 1554, porém, seguindo as determinações da Contra-Reforma introduzida no Concílio de Trento, entretanto ocorrido, vai mais longe que as primeiras, apresentando elementos demográficos da freguesia (150 vizinhos), para além de dar conhecimento da nova igreja que já foi construída, no local da anterior ermida, que parece que terá sido utilizada como capela-mor do novo templo, referindo a sua localização "abaixo d'Aldea" e especificando que ela possuía 3 naves e 4 arcos e que os arcos do cruzeiro e da porta principal eram em pedraria romano moderno – Renascentista. Essa descrição permite certificar que ela corresponde à actual Igreja Matriz.

Refere ainda a existência de um Hospital (Sprital) do Espírito Santo, instituído pelos Estoienses Caterina Vicente e João Arais, para o qual a primeira terá inclusivamente doado bens patrimoniais, que permitiriam suportar os encargos de exploração inerentes às funções para que foi criado, acrescentando que se encontra degradado e que o seu administrador deveria dar outros fins aos rendimentos legados para a sua manutenção.

O culto do Divino Espírito Santo foi introduzido em Portugal pela Rainha Santa Isabel, princesa de Aragão casada com o nosso rei D. Dinis. Terá sido no seu tempo, final do século XIII, princípio do século XIV, que começaram a ser construídos as Igrejas e os hospitais a Ele dedicados.

É natural que a criação do referido Hospital do Espírito de Estoi tenha ocorrido no século XV, uma vez que ao longo de toda a Idade Média a Europa se encheu de hospitais, destinados a viandantes ou a doentes e em Portugal houve pequenos hospitais espalhados por todo o seu território desde a fundação da nacionalidade, apurando-se a existência de mais de 500 estabelecimentos hospitalares anteriores ao ano 1500. Como em Estoi, todos eles foram fundados por beneméritos com o fim de obterem indulgências. Obstando ao deficiente funcionamento desses estabelecimentos, devido a abusos ou desleixos dos seus administradores, como acontecia com o de Estoi em 1554, no tempo de D. Afonso V, talvez por iniciativa de seu tio, o Regente D. Pedro e seguindo aquilo que já se passava noutros países da Europa, iniciam-se diligências para a fusão dos mesmos em

outros maiores. Esse programa gerou resistências por parte dos administradores, assentes no “respeito” a haver para com a memória dos seus fundadores. Para romper com as mesmas foi da maior importância a política concretizada no tempo de D. João II, para o que foi fundamental a acção de sua esposa, a Rainha D. Leonor, fundadora em 1485 do Hospital Termal das Caldas.

Este Hospital com respectiva Ermida do Espírito Santo era uma construção térrea de carácter rural, com telhado de duas águas e altar de alvenaria, sobreviveu até cerca de 1990, como casa de habitação e estábulo, onde habitou no século XX o senhor Luís Carvalho (Sona) e sua família. Situava-se exactamente no nº2 do actual Largo da Praça Velha, que durante muito tempo se chamou Largo do Espírito Santo e infelizmente nessa época tão próxima dos dias de hoje, dada a falta de protecção ao Património, foi derrubado para dar lugar à construção de uma nova construção habitacional de dois pisos sem qualquer carácter assinalável.

A descrição constante da Corografia do Reino do Algarve, escrita pelo Frei João de São José em 1577, mais completa, dá conta, também, de algumas actividades económicas da população da freguesia e de outras construções relevantes nela existentes, referindo a existência das Ruínas Romanas, da fonte descoberta do actual Largo Ossónoba, que diz ser enquadrada por quatro mármores deitados de cerca de dois metros e meio de comprimento e ainda dos 2 lagares de azeite que eram abastecidos, à semelhança de várias hortas e habitações com água da referida fonte. Acrescenta ainda, que se contava, que os moradores deste lugar, por sua antiguidade, se quiseram isentar de acudir às solenes procissões de Faro, dizendo eles que eram da antiga Ossónoba, que fora cabeça e não haveria de obedecer a Faro, que era seu termo. Para isso fizeram no lugar sua procissão solene e para que não fossem entendidos do que falavam e faziam e determinavam fazer, ordenaram entre si nova linguagem, pela qual se entendiam.

Outra descrição de Estoi do século XVI, dada a conhecer por Henrique Fernandes Serrão na sua “História do Reino do Algarve” diz que “Estoe é muito fresco, de muitas fontes e de boas águas, ao pé da serra, todo cercado de hortas mui frescas e viçosas, e , no meo dele, está ua fonte descoberta, com quatro mármores deitados, com tanta abundância d´água que dela se faz ua levada”

Durante o Período Filipino, após o assalto a Faro pelos ingleses chefiados pelo Conde de Essex, em 29 de Julho de 1595, D. Fernando Martins Mascarenhas, Bispo do Algarve, ao apresentar as suas memórias sobre as consequências desse assalto no concelho, refere-se a Estoi dizendo que a freguesia tem 760 pessoas, que a mesma também foi saqueada pelos ingleses hereges, mas que a sua Igreja,

embora maltratada, ao contrário de todas as outras do concelho, incluindo as de Faro, Conceição e S. Brás, não padeceu de incêndio, pela vigilância dos moradores.

Num país e região caracterizados pela sã convivência de gentes de diversos credos e religiões, uma sociedade receptiva a novas perspectivas culturais, influenciada pelo experimentalismo e abertura de horizonte dos Descobrimentos e pela tendência das elites intelectuais para contactos cada vez mais frequentes com as vanguardas culturais da Flandres, Espanha, França e Itália e cuja economia progressiva assentava nesse *stato-quo*, a introdução do Santo ofício em 1506 por cláusula matrimonial de um casamento de D. Manuel, imposta pelos seus sogros, os Reis Católicos, foi situação contra natura, que embora inicialmente fosse apenas quase só teórica, pouco a pouco foi ganhando espaço e espartilhando o país, ao ponto de se poder afirmar que foi uma calamidade que se abateu sobre nós. A perseguição movida contra Judeus e crentes de outras religiões que não a Católica, serviu também de justificativa para espíritos mesquinhos e invejosos incriminarem pessoas de fortuna, muitas vezes ligadas a actividades como o comércio e intelectuais, mas não só. Tal situação provocou uma hecatombe na sociedade portuguesa e Algarvia em particular, que se caracterizada por um grande dinamismo comercial, que vinha desde os tempos remotos da Antiguidade e que havia sido mais impulsionado por a região ter sido a base das descobertas marítimas. Os mais dinâmicos e ricos acabaram por abandonar o país, fixando-se noutros países como Holanda, Turquia e Marrocos, onde vieram a dar um grande impulso à economia, ciência e cultura, levando ao encerramento da economia portuguesa sobre si própria, à ruralização da nossa sociedade e ao empobrecimento do país e da região do Algarve em particular.

As próprias famílias mais importantes da nobreza, detentoras da terra, que tradicionalmente viviam na cidade, fugindo do perigo das perseguições, tiveram tendência para se radicar no campo, onde construíram as suas novas residências. Terá sido nessa época que se fixaram em Estoi como noutras zonas rurais envolventes, famílias como a dos Faria Moniz ou a dos Palermos de Faria, esta comprovadamente descendente de fidalgos da 1ª dinastia e de dois importantes italianos vindos para Portugal no reinado de D. Dinis com vista a organizar a frota destinada à defesa da costa, alvo de frequentes ataques de corsários mouros (Lourenço Rodrigues Palermo, também conhecido por Lourenço Rodrigues Pessanha Palermo, morador em Faro ao tempo de D. Duarte, onde desempenhava o cargo de Contador-Mor da Coroa no Reino do Algarve, era neto de Giacomo Rosso, nobre italiano oriundo de Palermo e do Almirante Pessanha, oriundo de Génova).

Ainda assim, nos registos da Inquisição, aparecem vários processos ligados a moradores de Estoi, nomeadamente membros de famílias ilustres como a dos Palermos de Faria, que viu filhas suas

penitenciadas. A título de exemplo destacamos também de entre eles, um que teve um final feliz, o caso de Isabel Pinta de Estoy, que tendo sido denunciada como “Cristã Nova” e que refutando tal denúncia declarou que todos os seus familiares se apresentaram sempre como homens nobres e principais de Faro, o que felizmente veio a ser confirmado (eventualmente também teria tido relevância na decisão final o facto de ser casada com Diogo Moniz, ou Diogo Faria Moniz, um Estoiense que era homem importante da nobreza farenses).

Refira-se por curiosidade, que uma possível razão para a existência de uma lenda que diz que Estoi é a aldeia das Bruxas será de condenações dessa época, uma vez que as condenadas pela Inquisição eram normalmente intituladas de “Bruxas”.

Em 1637-1638 como reflexo do exagerado agravamento dos impostos, incidindo nomeadamente sobre a carne e o vinho, mas também por patriotismo, com o apoio dos Jesuítas portugueses, gerou-se no sul do país e em algumas terras do centro e norte também, uma grande agitação política e um movimento coordenado de sublevação contra o domínio espanhol, que precedeu o golpe dos conjurados do 1 de Dezembro de 1640 que deu origem “Restauração de Portugal”. No Algarve verificaram-se ataques aos centros urbanos onde estava sediado o poder instituído (espanhol), destacando-se os concretizados por Estoi, Moncarapacho e S. Bartolomeu de Messines, como aldeias polarizadoras da investida, respectivamente contra Faro, Tavira e Silves. Está documentalmente provado que os principais cabecilhas dos levantamentos do termo de Faro foram Diogo Faria Moniz, homem nobre que ocupou elevados cargos na cidade e que era morador em Estoi e outros Estoienses, como Juan Ruiz, escrivão de testamentos, Francisco Luís, sacristão e Domingo Porcel, alguadil dos clérigos. Estes são pois alguns nomes de Estoienses, que poderemos sem sombra de dúvida, considerar como heróis da Restauração da Independência.

Embora tivesse havido em Dezembro de 1637 um perdão geral, alguns cabecilhas de tais levantamentos no Algarve expiaram no cadafalso a sua acção e o seu patriotismo.

Como nota refira-se também, que ao longo do século XVII, em Estoy houve 582 baptismos dos quais 15 foram de escravos. Os proprietários ricos de Estoy eram senhores de escravos que eram empregues tanto em serviço doméstico, como nas quintas para trabalhos agrícolas, incluindo o trabalho dos lagares e azenhas.

Em 1649 Faro cria a sua Casa de Saúde em Estoi, onde os bons ares e os cuidados em conter a peste mantêm o povo livre da mesma. Infelizmente não há dados que permitam dar a localização dessa

estrutura. Estoi é assim, nessa época, o refúgio dos farenses que queriam fugir à Peste Africana.

Descrições posteriores permitem acompanhar a evolução da freguesia, quer em termos demográficos (1732 - >1699hab. / 1837 - >3225hab.), quer no que diz respeito a alguns acontecimentos relevantes, nomeadamente os estragos provocados pelo terramoto de 1755 e a recuperação realizada à Igreja Matriz, a construção do Palácio do Coronel Francisco José Pereira do Carvalho e Vasconcelos na sua Quinta de Estoi, o baile por ele organizado no local, durante a ocupação Francesa, em honra do General Maurat comandante das forças invasoras. Também ficou documentado em processo contencioso (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) a disputa entre o Coronel Carvalho e o cônego Maciel da Sé de Faro, relativo à posse de um prédio misto pertencente ao segundo, que confrontava com a propriedade do primeiro, que era atravessado pelo cano da água que abastecia esta, que tinha a designação de "O Jardim" e que o Coronel pretendia à força anexar à sua Quinta. Deste processo consta um desenho do local e de alguns arruamentos da aldeia, que constitui um documento histórico da maior relevância para o conhecimento desta e do próprio monumento.

Ficou também documentada a participação activa de Estoi nas Guerras Liberais, a Guerra Civil Portuguesa (1828/1834) que dividiu o país numa luta fratricida entre Absolutistas (Legitimistas), partidários de D. Miguel e Liberais (Constitucionalistas), partidários de D. Pedro. Os liberais portugueses, descontentes com a situação económica do país, abalada em consequência das invasões francesas e da permanência da corte no Brasil, que levou à abertura dos portos deste às nações amigas, decretada em 1808, pelo Príncipe Regente D. João e influenciados pelos ventos do liberalismo que sopravam da Europa, num movimento iniciado no Porto, em 24 de Agosto de 1820, mas que se alargou a todo o país exigiram o regresso da Corte do Brasil e o estabelecimento de uma monarquia constitucional no país. Em consequência dessas pressões, D. Pedro VI regressou do Brasil, em 26 de Abril de 1821, deixando lá como seu representante o seu filho primogénito D. Pedro, que proclamou a independência da Colónia em 7 de Setembro de 1822. D. João acaba por jurar a nova Constituição (liberal) em Outubro de 1822, o que foi recusado por sua mulher D. Carlota Joaquina e de seu filho Miguel, partidários do absolutismo e que por diversas ocasiões atentaram contra o facto. Não confiando por esse motivo na mulher, o monarca deixou à sua morte (1826) determinado que a regência de Portugal, até à vinda do Brasil do seu herdeiro legítimo, seu filho D. Pedro, seria assegurada por sua filha Isabel Maria. Para evitar problemas decorrentes da assunção da coroa de Rei em Portugal, uma vez que era o Imperador do novo Brasil independente, D. Pedro nomeia sua filha Maria da Glória herdeira da Coroa portuguesa e acorda o casamento da mesma

com seu irmão D. Miguel, que assumiria a Regência até Maria da Glória atingir a maioridade. Aproveitando-se da situação D. Miguel autoproclama-se rei e rasga a carta Constitucional assinada pelo seu falecido pai e reinstala o absolutismo. As forças liberais não aceitam tal situação e instala-se a guerra civil em Portugal.

No âmbito das revoltas ocorridas contra esta tomada de poder pelos absolutistas destacamos no Algarve o ataque à cidade de Faro em 28 de Maio de 1828, no qual participaram pelos seus ideais liberais o Coronel José de Mendonça de Almeida Corte Real (Comandante do Regimento de Milícias de Lagos) e seu irmão, o Tenente Joaquim Bernardo de Mendonça Corte Real (Comandante da 2ª Companhia do Regimento de Milícias de Lagos), acabando por ser presos nesse mesmo dia em Estoi, sendo demitidos dos seus postos e cargos e levados presos para o Forte de São Julião da Barra, onde deram entrada em Julho desse ano, vindo aí o Coronel a morrer (28.05.1833) vítima dos maus tratos sofridos. Melhor sorte teve seu irmão que conseguiu fugir para Espanha numa altura em que sendo transferido para o forte de Elvas participou numa revolta de presos, vindo ainda a ter destaque na Guerra Civil, recebendo o título de Barão da Ponte de Quarteira, só vindo a morrer em 1889.

D. Pedro abdica da coroa do Brasil em 1831 e regressa a Portugal, desembarcando com as suas tropas nos Açores onde ocupa as diversas ilhas, estabelecendo aí a sua base de operações. Em 8 de Julho de 1832 desembarca no Mindelo e toma de surpresa a cidade do Porto, dando os miguelistas início a um prolongado cerco da cidade. Com o apoio de Inglaterra, França e Bélgica, os liberais conquistam o poder na maioria das regiões do país, nomeadamente no Algarve. Neste, porém, os partidários de D. Miguel comandados pelo Remexido, sediam-se no interior da região e apoiados pela maioria do povo, iletrado e conservador e muito influenciado pela Igreja, levam a cabo uma prolongada luta de guerrilhas contra os partidários de D. Pedro.

É dessa época que nos chega documentação relativa ao envolvimento de Estoi e seus habitantes na referida guerra.

Destaque-se, entre as vítimas da Guerrilha de Camacho (absolutista) o filho e um sobrinho do Capitão João José Freire (liberal), que na situação de prisioneiros, depois do assalto perpetrado à sua casa localizada no Rossio da aldeia de Estoi (atual Largo Ossónoba) e no decurso da viagem de Estoi para Salir, sede do quartel chefe da guerrilha atrás referida, onde era suposto serem julgados, foram sumariamente e sem motivo aparente fuzilados. São estes, portanto, os nossos principais heróis do Liberalismo (a fixar).

A situação no Algarve, levou o governo Constitucional a enviar para a região, em Junho de 1833, uma expedição de 1200 homens, comandada pelo Marechal Duque da Terceira, visando combater e derrotar definitivamente a "Guerrilha do Remexido". No mês seguinte o Marechal deixando aqui algumas tropas chefiadas pelo General Brito, sobe até Lisboa, que lhe cai nas mãos em 24 de Julho. Os absolutistas cessam o prolongado cerco à cidade do Porto, onde D. Pedro se mantivera entrincheirado e o governo constitucionalista instala-se na capital.

Os depoimentos de dois oficiais franceses ao serviço da causa liberal, integrados nessa expedição, o Tenente-Coronel Le Charlier e o Barão de Suarce dão-nos preciosos elementos sobre o confronto em 1833 das duas forças contrárias no Algarve, nomeadamente em Estoi. Ficou escrito nos seus depoimentos, que o General Brito, comandando regimentos de artilharia de linha das forças liberais, quando pretendia socorrer a população de Olhão (grande centro liberal no Algarve) atacada pela tropa de Camacho, foi por sua vez atacado ao passar um riacho abaixo de Pechão por um grupo emboscado de 200 homens de Estoi, sofrendo por isso muitas baixas, que os levou retirarem. Decidem pois, em 30 de Agosto, enviar, a Estoi o Coronel Suarce, à frente do corpo francês e dos lanceiros da Rainha e acompanhados de uma peça de artilharia ligeira. Estes chegam à aldeia de manhã cedo e não encontrando resistência na população decidem retirar-se de regresso a Faro. Contudo, nesta sua viagem, são obrigados a parar por várias vezes, pois os absolutistas na sua tática de guerrilha, cercam-nos e atacam-nos, levando à perda de alguns homens, ao ferimento do Tenente francês Auzou e a que se parta uma das rodas da parte da frente do canhão e só com o apoio da cavalaria portuguesa conseguem infligir graves baixas ao inimigo e concretizar a retirada. É nesses combates que morrem também do lado dos absolutistas os Estoienses, Manuel Correia, do Porto Carro e José Viegas, de Guelhim.

Outros factos ficaram documentados, como por exemplo a deslocação de Estoienses (Francisco de Paula Brito) a Lisboa, como aconteceu com personalidades de todo o país, para saudar a tomada de posse do Rei D. Pedro V em Outubro de 1855, a ocupação por vários estoienses de lugares nas vereações camarárias de Faro, a vontade testamentária do último dos Pereira do Carvalhal, que determinou que após usufruto por suas irmãs, todos os seus bens em Estoi deveriam ser vendidos e o seu produto distribuído pelos pobres da aldeia (1866), a posterior compra do arruinado Palácio por José Francisco da Silva (1893), um filho de Estoi que fez fortuna no Alentejo, às obras de recuperação e valorização de todo o conjunto por ele mandadas fazer e a grande festa de inauguração concretizada pelo proprietário, entretanto elevado a Visconde por Despacho Régio de 1906. Outros há, que não tendo sido passados a escrito,

sobreviveram na memória do povo, desde a visita da Rainha D. Amélia às obras do Palácio levadas a cabo por José Francisco da Silva, à cedência por este do salão de teatro do "Edifício das Cavalariças" para as apresentações teatrais da juventude da aldeia e outros eventos, como o almoço de comunhão das crianças da terra e o Almoço de Dia de Reis por ele oferecido todos os anos, às pessoas mais carenciadas da zona, exemplo posteriormente seguido pela sua herdeira D. Maria do Carmo Melo Assis Machado.

Em 1871/72 iniciou-se a construção da estrada nacional nº 2, que entre Faro e S. Brás de Alportel se desenvolveu a ponte da ribeira do Rio Seco. Complementarmente, foi concretizado um ramal para Estoi (8.934\$000 réis) incluindo a nova ponte sobre a Ribeira do Rio Seco, no Coiro da Burra (6:885\$000 réis). Esta nova via veio, assim, substituir a ancestral ligação de Estoi a Faro, através do Vale da Rosa, Conceição e Penha e dar origem à expansão do núcleo urbano da aldeia, junto à nova via que conduz a Faro, em cota inferior à própria Igreja Matriz. Este novo pólo urbano tem características diferentes do núcleo antigo, visto os novos arruamentos serem feitos com base numa planta ortogonal. Em resultado criou-se também um novo centro urbano na aldeia no Largo frente à Matriz, hoje em dia designado de Largo da Liberdade, embora o pólo inicial do Largo Ossónoba com o seu charme mais intimista, mantenha a sua vivência, não só porque se localiza na zona de maior densidade populacional, mas porque está dotado de algum equipamento relevante para a população, como o mercado, a farmácia e sede da Freguesia. Refira-se, aliás, que foi criada alguma rivalidade entre a população residente nas duas zonas, entre aquilo que passaram a chamar, a "Aldeia de Cima " e a "Aldeia de Baixo".

Em de 8 de Outubro de 1897, o Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia iniciaram uma primeira visita oficial a Faro, onde chegaram de comboio pela manhã. Do seu programa do dia seguinte fez parte uma visita a Estoi, Loulé e S. Brás de Alportel. Comprovados os interesses culturais do Casal Real na nossa aldeia foram pontos de visita obrigatórios as Ruínas Romanas de Milreu, tornadas internacionalmente famosas pelas escavações arqueológicas concretizadas 20 anos antes por Estácio da Veiga e o Palácio, cujas obras de restauro levadas a cabo pelo Sr. José Francisco da Silva sob direcção do Arquitecto e Decorador de Lisboa, Domingos António da Silva Meira se haviam iniciado em Janeiro de 1893 e muito já tinham para ver. Será talvez a primeira visita de um Rei de Portugal a Estoi, ou pelo menos aquela de que até ao momento já se encontrou referência documental.

Em Dezembro de 1903 é adquirido pelo comendador Ferreira Neto, então Governador Civil, o primeiro automóvel do Algarve e de Faro, da marca Locomobile. Umas pequenas notas de imprensa dão conta

de umas primeiras notícias do mundo automóvel em Estoi: 1 - Em 10 de Setembro de 1904 relata a imprensa da época (" O Sul"), que "quatro briosos Mantedores da Ordem Pública puxaram o automóvel do Senhor Governador Civil, perante numerosa e divertida assistência, pela ladeira que do Couro da Burra conduz a Estoi...sic". 2 - No final de Agosto de 1907, um novo relato da imprensa refere "Na tarde de Domingo, dia 25 de Agosto, no sítio do Couro da Burra, ocorreu um choque entre dois automóveis da cidade de Faro. Um deles ficou bastante desconjuntado e o outro com as lanternas partidas...sic".

